

# Ajustar as rédeas do poder

Dá saldo a entrevista que o presidente da República concedeu à imprensa, antes de deixar o Uruguai, de regresso ao Brasil. Expressou s. exa., com clareza, que a América Latina, com plena consciência de suas responsabilidades, há de estar interessada em chamar atenção para imperfeições de que se ressentem a ordem econômica internacional, mas não por motivos de natureza ideológica. Acrescentou, dando ênfase à posição em que se postava: "Não estamos interessados em politizar o problema econômico; não estamos interessados em transformar a dívida externa (...) em instrumento de uma confrontação Leste-Oeste. Não estamos interessados em estabelecer impasses". E assim reforçou sua autoridade para defender o ponto de vista de que "a ordem econômica internacional que aí está tem um germe de injustiça..." Palavras hábeis, sem dúvida, porque quando o sr. José Sarney afirma que a dívida externa deve ser paga não agride os credores, embora tenha palavras dúbias com relação ao Fundo Monetário Internacional, de que o País participa por sua livre e espontânea vontade: reconhece a necessidade de cumprir compromissos aos quais não seria possível renunciar sem desonra.

Em função da perspectiva correta em que se colocam os problemas mencionados, cabe, então, tomar as providências adequadas a resolvê-los. Nessa linha de raciocínio, cumpre ponderar que ainda não se descobriu a fórmula apta a compatibilizar o combate eficaz à inflação com a conquista de índices elevados de desenvolvimento. O presidente Raul Alfonsín que o diga. Durante mais de um ano, contemporizou com um processo de aviltamento da moeda que ia levando a Argentina ao caos. Quando abriu os olhos, foi preciso adotar medidas drásticas para conter a elevação brutal dos preços e restabelecer o poder aquisitivo do dinheiro. Como em toda parte, visto que não há tratamento indolor contra a infla-

ção, tornou-se imprescindível decretar medidas de contenção, as quais — embora de efeito passageiro — constituem o único ponto de partida para o crescimento estável, lastreado por uma moeda sólida.

Quando o governo Castello Branco decidiu recuperar o cruzeiro, recorreu a métodos clássicos de estabilização dos preços: zerou o déficit público, restringiu o crédito, compatibilizou salários com preços. De 1964 para cá, ainda não houve alguém que se habilitasse a receber o Nobel de Economia graças a uma proposta válida, suscetível de dominar a inflação dançando a valsa dos gastos que arrombam o Erário, distribuindo crédito generosamente, cultivando demagogia salarial.

Mas é evidente que na gestão iniciada em 15 de abril de 1964 os resultados positivos só foram alcançados porque havia uma orquestra que tocou, afinada, sob a batuta de um maestro cujo senso de poder se estimava pela aguda responsabilidade com que encarava os gravíssimos problemas que enfrentou. Castello Branco decidia com firmeza, depois de ouvir os ministros Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos; e se os demais ministros quisessem, como homens públicos, exercer o direito de divergir da orientação traçada, poderiam, sem demora, pedir demissão — ou seriam demitidos, também sem demora. Não é, infelizmente, o que ocorre no Brasil, neste 1985. Se é verdade que os ministros Roberto Gusmão e Francisco Dornelles demonstram perfeitamente que sabem como se há de derrotar a estatização da economia, a grandíssima matriz do déficit público e, pois, da inflação, há ministros que, embora escolhidos por Tancredo Neves, fingem esquecer a recomendação do presidente eleito: "É proibido gastar". E como gastam! Não é somente isso. Ajudam, ainda que por inação, a dilapidar a economia, acobertando greves ilegais; acenam com gratificações que, confirmadas para benefi-

ciar setores diversos do funcionalismo, equivalerão a manter permanentemente desequilibradas as contas do governo; e engendram falsas reformas que, longe de aprimorar a produção, conferindo-lhe índices animadores de produtividade, terão o condão de desarticulá-la.

Está na hora (na verdade, esta é a undécima hora) de acabar com fantasias, ajustar as rédeas do poder, impor autoridade, exigir fidelidade a uma política traçada e executada sob o objetivo único de restabelecer o poderio econômico do Brasil em termos de moeda sólida e de trabalho diuturno, dirigido a produzir muito — e bem. Ou o Estado se recolhe, para desempenhar o papel supletivo que a Constituição lhe assina, a fim de que viceje a liberdade de empreender, ou as mazelas de que o País se ressentem haverão de agravar-se até um ponto de crise social que chegará ao paroxismo e lhe abrirá as portas do desconhecido. Não existe meio-termo, nessa questão. A meia-estatização que substituiu a estatização desmedida destes dias levaria a nada: em pouco tempo a tecnoburocracia reassumiria suas posições anteriores e trataria de ampliar todo o seu poderio de fogo.

Em compensação, se houvesse discernimento e coragem para cumprir o dever de reduzir a proporções corretas a ação do Estado onipotente e onipresente, o tempo se incumbiria de (muito mais depressa do que se supõe) mostrar o acerto da política seguida. Reabilitado, o cruzeiro geraria a prosperidade interna e baratearia as importações; eliminaria as greves por reivindicações salariais, amordaçando a demagogia; e as agressões à ordem só se consumariam ao preço de desmascarar quem quisesse alimentar a brasa para dela tirar sardinha com mão de gato. Já não se carece de boa política para ter boas finanças. Tudo mudou. Sem boas finanças, não haverá boa política.